

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 113.996 - AL (2019/0167353-7)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : MARCELO VIANA FERREIRA DE LIMA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por MARCELO VIANA FERREIRA DE LIMA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (HC n. 0800779-27.2019.8.02.0000).

Segundo consta dos autos, o recorrente foi preso em flagrante, no dia 6/2/2019 (prisão convertida em preventiva), pela suposta prática do crime descrito no art. 157, §§ 2º, II e 2º-A, I, do CPB, porque, juntamente com um adolescente, mediante o uso de arma de fogo, subtraiu uma motocicleta e outros objetos de 2 vítimas (e-STJ fl. 37).

A Defensoria Pública impetrou *habeas corpus* na Corte estadual, alegando, em síntese, carência de fundamentação do decreto prisional, eis que não restou demonstrada a razão concreta para a segregação cautelar (e-STJ fl. 60). O Tribunal de origem, contudo, denegou a ordem, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 59):

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. ALEGAÇÃO DE FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. AFASTADA. PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA SEGREGAÇÃO. REITERAÇÃO DELITIVA DEMONSTRADA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. CONHECIMENTO E DENEGAÇÃO DA ORDEM.

1 - Inexistente ilegalidade a ser sanada no decreto preventivo decretado pelo magistrado singular quando a decisão for devidamente embasada nas hipóteses autorizadoras, não havendo que falar em inidoneidade de fundamentação.

2 Ordem conhecida e denegada.

Na presente oportunidade, a Defensoria Pública reitera as alegações pretéritas – carência de fundamentação no decreto prisional, pois não demonstrou a imprescindibilidade da prisão e levanta a possibilidade de se aplicar medidas cautelares diversas da prisão, pois, no entendimento da defesa, *"a suposta configuração de maus antecedentes e até mesmo de reincidência, por si só, não basta para respaldar a decretação de prisão cautelar"* (e-STJ fl. 75).

Diante disso, pede, liminarmente e no mérito, o relaxamento da prisão preventiva do recorrente, expedindo-se o competente alvará de soltura em seu favor.

É o relatório, **decido**.

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

No caso, ao que parece, o Tribunal entendeu haver elementos suficientes para a segregação cautelar, conforme se extrai dos seguintes trechos do acórdão (e-STJ fl. 62, grifei):

12 - Com efeito, a decisão da prisão preventiva é idônea, tendo esta se fundamentado na reiteração delitiva do agente, bem assim na ausência de identificação civil por parte do paciente e ausência de demonstração da sua residência no distrito da culpa.

13 - Fortes as razões esposadas acerca da reiteração criminosa em comento, havendo em curso os processos criminais de nº 0701179-02.2014.8.02.0067, 0700420-33.2017.8.02.0067 e 0714642-49.2013.8.02.0001, consoante consignado na decisão impugnada. Além disso, há condenação com trânsito em julgado em desfavor do paciente

pela prática criminosa de roubo majorado, qual seja, autos de nº 0000864-87.2012.8.02.0001.

14 - Neste ponto, cumpre registrar que a predominância da natureza delitiva dos crimes reportados acima é a mesma do presente - roubo majorado.

15 - Portanto, patente a reiteração delitiva, como bem salientado pelo magistrado de primeiro grau, sendo necessária a garantia da ordem pública no caso concreto, visando a inibição a frequência criminosa pelo acusado.

Com efeito, o histórico criminal do agente, a revelar fundado receio de reiteração na prática criminosa, autoriza, por si só, o decreto de prisão preventiva como forma de garantir a ordem pública, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal (HC n. 304.240/BA, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, julgado em 5/5/2015, DJe 14/5/2015).

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal, valendo ressaltar que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus* pelo colegiado da Quinta Turma.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, bem como o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator